



PREFEITURA DO
NATAL
A NOSSA CIDADE

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
(CGM)



**PRESTAÇÃO DE CONTAS
NATAL 2016**

PREZADO CIDADÃO,

A Controladoria Geral do Município de Natal (CGM – Natal/RN), órgão de controle interno da Prefeitura, preparou esta peça para que você veja, de forma simples e objetiva, como foi arrecadado e investido o dinheiro do contribuinte.

Esta é apenas uma versão resumida, mas qualquer cidadão poderá ter acesso a todos os detalhes relacionados às receitas, despesas, disponibilidades de caixa e contas a pagar da Prefeitura, de forma clara e transparente, através do Portal da Transparência (<http://www.natal.rn.gov.br/transparencia/>). O conteúdo do site pode ser acessado e impresso para distribuição a qualquer pessoa interessada, sem que seja necessária prévia autorização.

Nesta peça você encontra também um glossário esclarecendo os principais termos técnicos utilizados.

DE ONDE VEM O DINHEIRO?

TOTAL DE RECEITAS
R\$ 2.067.854.605,87

TRIBUTÁRIA R\$ 542.758.440, **CONTRIBUIÇÕES** R\$106.118.378, **PATRIMONIAIS** R\$ 66.208.197, **RECEITAS INTRA** R\$206.859.734, **OUTRAS RECEITAS CORRENTES** R\$64.120.361, **RECEITAS DE CAPITAL** R\$27.990.777, **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** R\$ 1.049.696.072,

TAXAS
R\$ 72.466.887,
IMPOSTOS
R\$470.170.221,

ISS
R\$269.306.056,
IPTU
R\$104.406.116,
ITIV
R\$51.386.709,
IRRF
R\$42.092.978,

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
R\$58.828.518,
ILUMINAÇÃO PÚBLICA
R\$47.289.859,

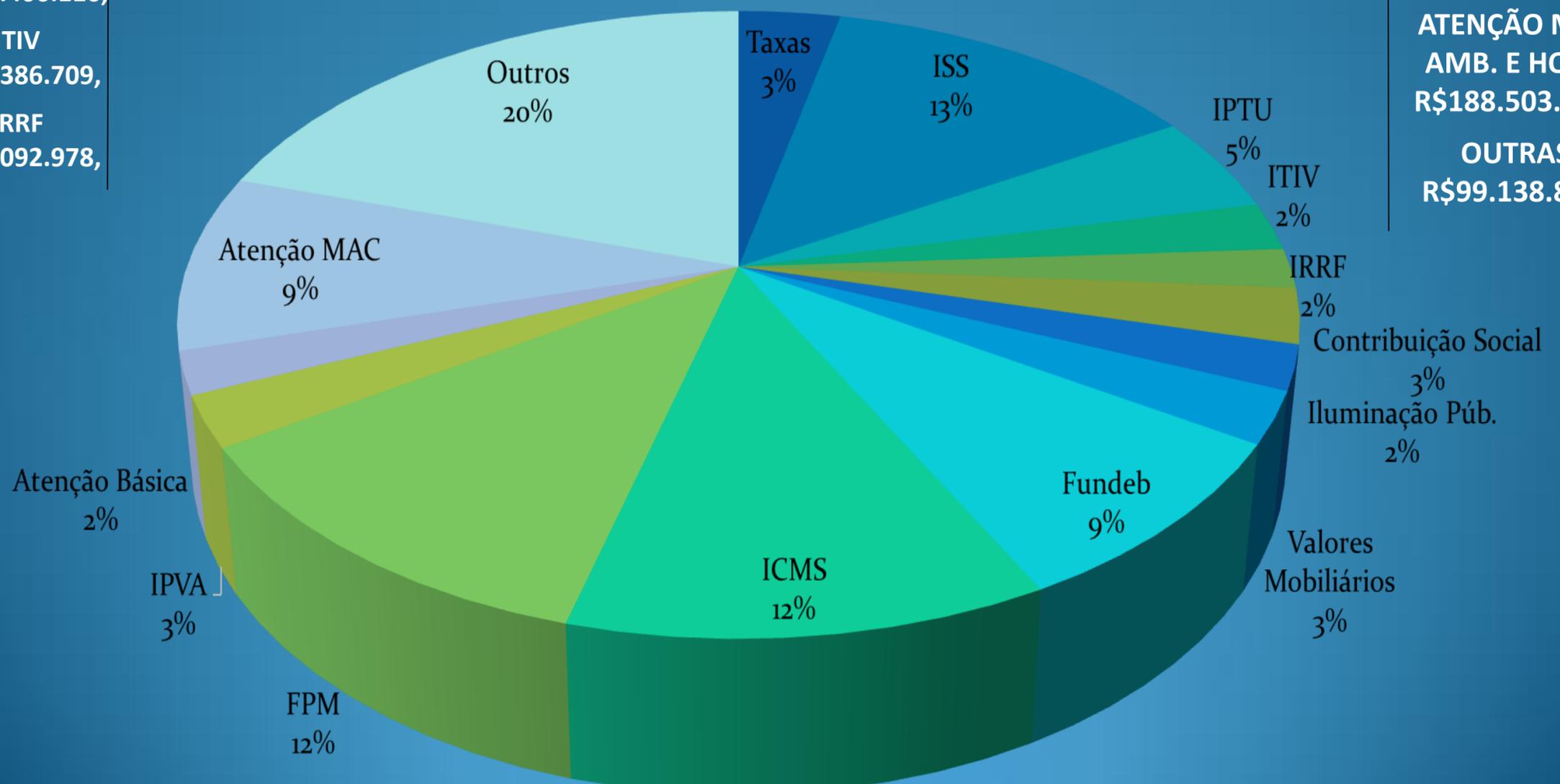
VALORES MOBILIÁRIOS
R\$54.874.338,
CONCESSÕES E PERMISSÕES
R\$7.183.139,
RECEITAS IMOBILIÁRIAS
R\$4.150.718,

APORTES FINANCEIROS
110.363.807,
CONT. PATR. SERV. FUNFIPRE
47.397.134,
CONT. PATR. SERV. FUNCAPRE
49.098.792,

MULTAS E JUROS DE MORA
R\$30.561.151,
DÍVIDA ATIVA
R\$27.764.805,
OUTRAS
R\$5.764.405,

OPERAÇÕES DE CRÉDITO
R\$5.991.445,
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
R\$1.423.500,
DEPÓSITOS JUDICIAIS
R\$20.536.481,

FUNDEB
R\$176.960.602,
ICMS
R\$241.833.278,
FPM
R\$243.795.489,
IPVA
R\$54.278.279,
ATENÇÃO BÁSICA
R\$45.186.106,
ATENÇÃO MAC AMB. E HOSP.
R\$188.503.434,
OUTRAS
R\$99.138.884,



PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

TOTAL DE EMPENHOS PROCESSADOS
R\$ 1.942.710.286,07

PESSOAL E ENCARGOS
R\$1.179.550.684,

INVESTIMENTOS
R\$ 36.397.872,

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
R\$ 23.069.268,

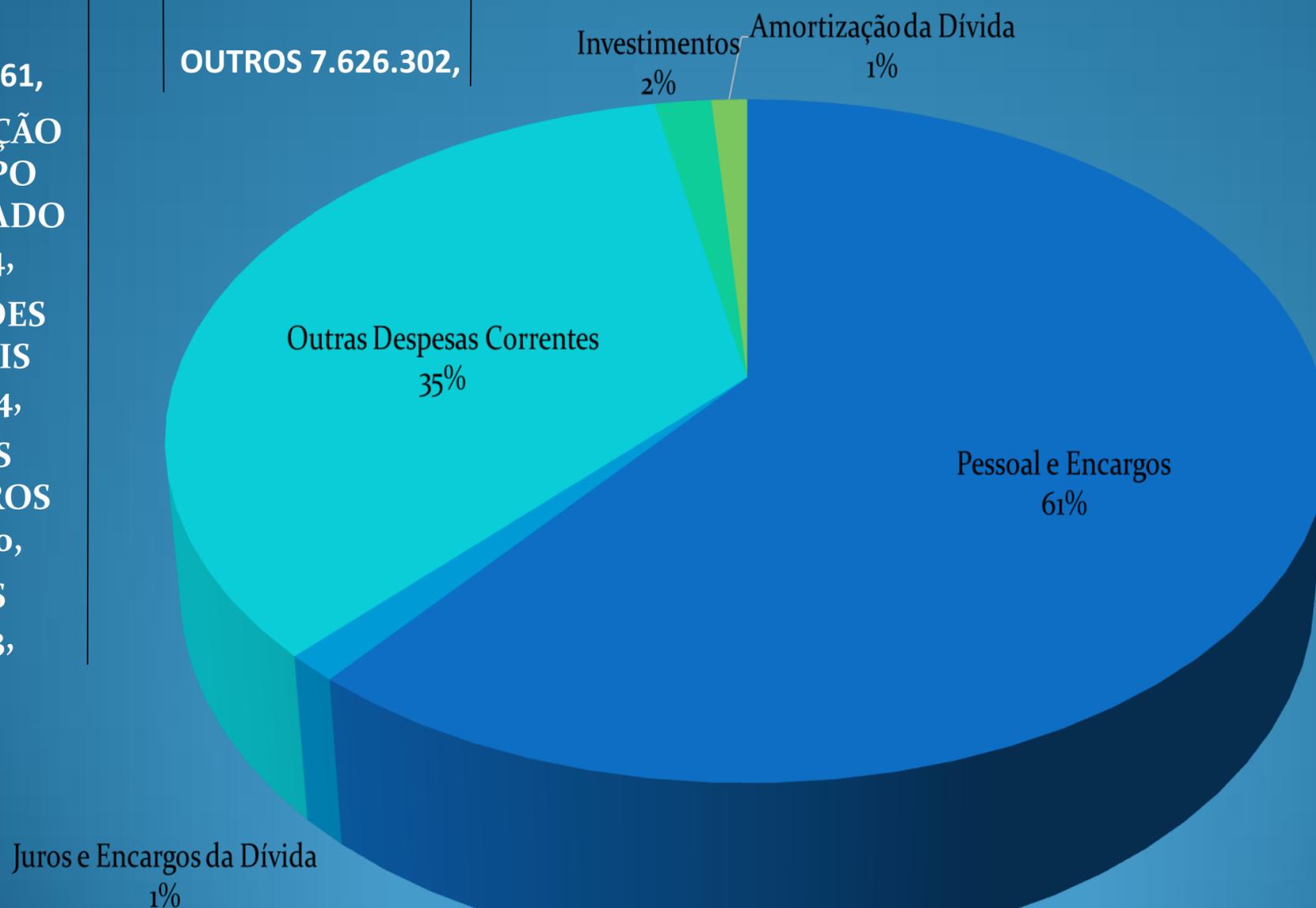
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
R\$ 24.547.219,

OUTRAS DESPESAS CORRENTES
R\$ 679.145.241,

VENCIMENTOS E VANTAGENS
R\$676.976.225,
APOSENTAD. E REFORMAS
R\$150.334.997,
OUTROS
R\$352.239.461,
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
71.019.444,
OBRIGAÇÕES PATRONAIS
113.440.294,
APORTES FINANCEIROS
91.000.000,
OUTROS
76.779.723,

OBRAS E INSTALAÇÕES
14.509.446,
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
14.262.124,
OUTROS 7.626.302,

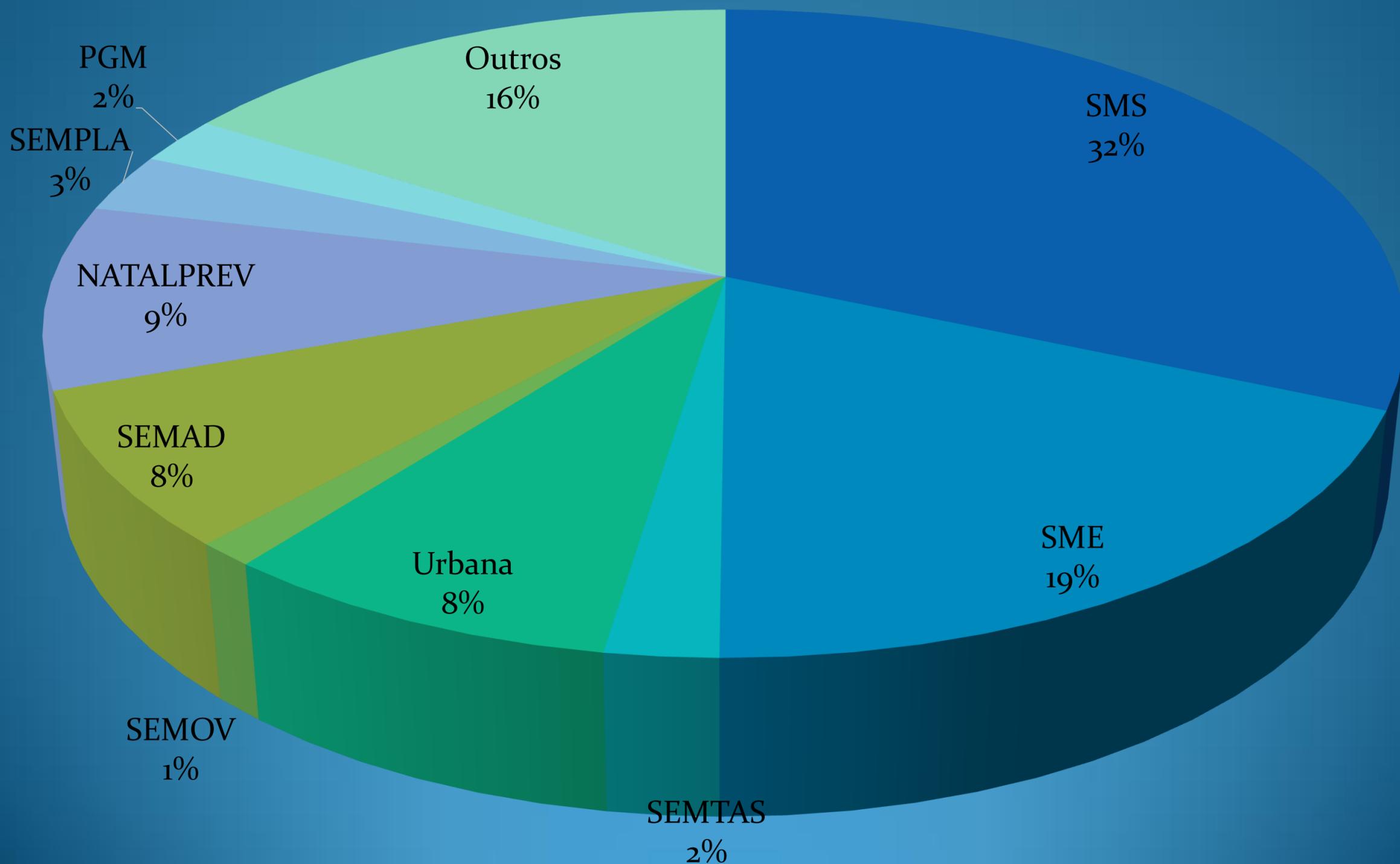
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 410.428.464,
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 60.391.629,
TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO 40.876.406,
MATERIAL DE CONSUMO 37.989.529,
OUTROS 170.335.619,



PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

TOTAL DE EMPENHOS PROCESSADOS
R\$ 1.942.710.286,07

SMS 611.895.661,	SEMTAS 44.327.026,	SEMOV 22.973.528,	NATALPREV 178.181.678,	OUTROS 311.382.216,
SME 361.820.720,	URBANA 157.989.998,	SEMAD 150.209.555,	PGM 46.322.453,	



Atendimento à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal

A Constituição Federal traça limites mínimos de utilização de recursos com o intuito de garantir que áreas básicas tenham suas necessidades atendidas. Os limites foram respeitados pela Prefeitura do Natal conforme demonstrado no quadro seguinte

Quadro 1 – Atendimento aos limites mínimos constitucionais em saúde e educação.

	Percentual Mínimo	Percentual Aplicado
Saúde	15%	28,78%
Educação	25%	26,53%

A Lei de Responsabilidade Fiscal estipula limites máximos para Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito. Para realizar o cálculo, utiliza-se como referência a Receita Corrente Líquida do Município, que atingiu o montante de R\$ 1.774.175.575,00.

Quadro 2 – Atendimento aos limites máximos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

	Percentual Máximo	Percentual Calculado
Gastos com Pessoal	54%	53,13%
Dívida Consolidada	120%	23,62%
Operações de Crédito	16%	0,34%

GLOSSÁRIO

RECEITAS

São todos os recursos financeiros arrecadados pelo município, como, por exemplo:

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Recursos retidos dos funcionários do município e contribuição patronal para aposentadoria e pensão.

ICMS

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços que é repassado pelo Estado.

IPTU

Imposto predial e territorial urbano pago anualmente pelos proprietários de imóveis.

IPVA

Imposto sobre a propriedade de veículos automotores pago anualmente por seus proprietários e repassado pelo Estado.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

É o recurso arrecadado que deriva da arrecadação estatal de tributos.

FUNDEB

Parcela de impostos da União, Estado e Município destinados exclusivamente à educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação especial.

IRRF

Imposto de renda retido na fonte dos trabalhadores e empresas que prestam serviços ao Município.

ISS

Impostos sobre serviços de qualquer natureza pago sempre que os serviços são prestados.

ITIV

Imposto sobre transmissão de bens móveis ou direitos reais a ele relativos.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Recursos transferidos por terceiros (ex. União, estados) por exigência legal.

FPM

É uma transferência constitucional da União ao Município determinado principalmente em função do número de habitantes.

TAXAS

Valores cobrados por serviços públicos tais como: limpeza pública e licenças para obras ou estabelecimentos (alvará).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Financiamentos ou empréstimos.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

É o recurso arrecadado que deriva da arrecadação estatal de tributos.

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Receitas cuja origem do recurso é proveniente da própria Prefeitura.

DESPESAS

Utilizaram-se as despesas liquidadas por se configurarem em despesas cujo direito do credor em receber o pagamento do poder público foi reconhecido.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Salários e benefícios para funcionários.

OBRAS E INSTALAÇÕES

Gastos com projetos e execuções de obras públicas..

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas com a manutenção e funcionamento da máquina administrativa do município.

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Pagamento de juros e encargos da dívida pública.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Pagamento do principal da dívida pública.